

1 - PONTUAÇÃO
Vitória = 2 (dois) pontos - Derrota = 1 (um) ponto - Ausência = 0 (zero) ponto
2 - DESEMPATE
Entre as equipes empatadas, os critérios adotados serão:
2.1 - Entre 2 (duas) Escolas será decidido pelo confronto direto já realizado entre elas;
2.2 - Entre 3 (três) ou mais Escolas, a decisão será pelo sistema de saldo de pontos nas partidas realizadas entre elas;
a) - Persistindo o empate entre algumas dessas Escolas, classificar-se-á aquela, entre as empatadas, que obtiver o maior número de pontos nas partidas realizadas entre elas;
b) - Persistindo, ainda, o empate entre algumas dessas Escolas, verificar-se-á o melhor saldo de pontos das referidas Unidades empatadas em toda a Fase que se deu o empate;
c) - Persistindo, ainda, o empate entre algumas dessas Escolas, a decisão será por sorteio.

XVIII- FUTSAL
Artigo 53 - Os jogos de Futsal serão regidos pelas Regras vigentes da Confederação Brasileira de Futsal, observadas as exceções previstas neste Regulamento.

Artigo 54 - Cada equipe deverá ter, obrigatoriamente, a presença de 8 (oito) jogadores no início da partida.

§ 1º - Durante o 2º quarto deverão jogar obrigatoriamente no mínimo 3 (três) jogadores que não jogaram o 1º quarto. No impedimento destes, será obedecida a Regra da modalidade. A participação no 3º e 4º quartos será livre.

Artigo 55 - As partidas terão a duração regulamentar de 30 (trinta) minutos, divididos em 4 quartos de 7:30 minutos. O intervalo entre os quartos será de 1 (um) minuto e entre o 1º e 2º períodos será de 5 (cinco) minutos.

§ 1º - Cada equipe terá direito a 1 (um) pedido de tempo em cada quarto.

§ 2º - O reinício da partida entre os quartos será no meio da quadra com posse de bola alternada em cada período. ((A-B / B-A) ou (B-A / A-B)).

Artigo 56 - O uso da caneleira será obrigatório em todas as Fases.

Artigo 57 - Os uniformes deverão ser numerados, nas camisas, de 1 a 20 - frente e costas.

Artigo 58 - A bola a ser usada será a Bola Infantil.

Artigo 59 - Para efeito de classificação, em qualquer das Fases, serão adotados os seguintes critérios:

1 - PONTUAÇÃO
Vitória = 3 (três) pontos - Empate = 2 (dois) pontos - Derrota = 1 (um) ponto - Ausência = 0 (zero) ponto
2 - DESEMPATE
Entre as equipes empatadas, os critérios adotados serão:
2.1 - Entre 2 (duas) Escolas, será decidido pelo confronto direto já realizado entre elas;
a) - Persistindo o empate entre duas dessas Escolas, será classificada a equipe que obtiver o maior número de vitórias nas partidas realizadas pelas empatadas na Fase em que houve o empate;
b) - Persistindo, ainda, o empate entre duas dessas Escolas, será classificada a equipe que obtiver o maior saldo de gols nas partidas realizadas pelas empatadas na Fase em que houve o empate;
c) - Persistindo, ainda, o empate entre duas Escolas verificar-se-á aquela, entre as empatadas, que obtiver o maior número de gols na Fase em que houve o empate;
d) - Persistindo, ainda, o empate entre essas duas Escolas, a decisão será por sorteio.

2.2 - Entre 3 ou mais Escolas, a decisão primeira será pelo número de vitórias nas partidas realizadas entre elas na Fase em que houve o empate;

a) - Persistindo o empate entre algumas dessas Escolas, classificar-se-á aquela, entre as empatadas, que obtiver o maior saldo de gols nas partidas realizadas entre elas, na Fase em que houve o empate;

b) - Persistindo, ainda, o empate entre algumas dessas Escolas verificar-se-á aquela, entre as empatadas, que obtiver o maior número de gols entre elas, em toda a Fase que houve o empate;

c) - Persistindo, ainda, o empate entre algumas dessas Escolas, a decisão será por sorteio.

Artigo 60 - Caso haja a necessidade de apurar um vencedor, os critérios adotados serão os seguintes:

a) - Prorrogação de 10 (dez) minutos, divididos em 2 (dois) períodos de 5 (cinco) minutos, sem intervalo, ou até que uma das equipes assinale um gol, quando a partida será encerrada - "morte súbita";

b) - Persistindo o empate na prorrogação será cobrada uma série de 5 (cinco) penalidades máximas, alternadamente, sendo obrigatória a troca de jogadores, vencendo a equipe que marcar o maior número de gols;

c) - Persistindo, ainda, o empate serão cobradas tantas penalidades máximas quantas forem necessárias, alternadamente, sendo obrigatória a troca de jogadores, vencendo a equipe que conseguir a primeira vantagem.

XIX - HANDEBOL

Artigo 61 - Os jogos de Handebol serão regidos pelas Regras vigentes da Confederação Brasileira de Handebol, observadas as exceções previstas neste Regulamento.

Artigo 62 - Cada equipe deverá ter, obrigatoriamente, a presença de 10 (dez) jogadores no início da partida.

§ 1º- Durante o 2º quarto deverão jogar, no mínimo, 3 (três) jogadores que não jogaram o 1º quarto. No impedimento destes, será obedecida a Regra da modalidade. A participação no 3º e 4º quartos será livre.

Artigo 63 - As partidas terão a duração regulamentar de 40 (quarenta) minutos, divididos em 4 quartos de 10 minutos. O intervalo entre os quartos será de 1 (um) minuto e entre o 1º e 2º períodos será de 05 (cinco) minutos.

§ 1º - Cada equipe terá direito a 1 (um) pedido de tempo em cada quarto.

§ 2º - O reinício da partida entre os quartos, será no meio da quadra com posse de bola alternada em cada período. ((A - B / B - A) ou (B - A / A - B));

Artigo 64 - Os uniformes deverão ser numerados, nas camisas, de 1 a 20 - frente e costas.

Artigo 65 - A bola a ser usada será a Bola Feminina (H2L)

Artigo 66 - Para efeito de classificação, em qualquer das Fases, serão adotados os seguintes critérios:

1 - PONTUAÇÃO
Vitória = 3 (três) pontos - Empate = 2 (dois) pontos - Derrota = 1 (um) ponto - Ausência = 0 (zero) ponto
2 - DESEMPATE
Entre as equipes empatadas, os critérios adotados serão:
2.1 - Entre 2 (duas) Escolas, será decidido pelo confronto direto já realizado entre elas;
a) - Persistindo o empate entre duas dessas Escolas, será classificada a equipe que obtiver o maior número de vitórias nas partidas realizadas pelas empatadas na Fase em que houve o empate;
b) - Persistindo, ainda, o empate entre duas dessas Escolas, será classificada a equipe que obtiver o maior saldo de gols nas partidas realizadas pelas empatadas na Fase em que houve o empate;
c) - Persistindo, ainda, o empate entre duas dessas Escolas, verificar-se-á aquela, entre as empatadas, que obtiver o maior número de gols na Fase em que houve o empate;
d) - Persistindo, ainda, o empate entre essas duas Escolas, a decisão será por sorteio.

2.2 - Entre 3 ou mais Escolas, a decisão primeira será pelo número de vitórias nas partidas realizadas entre elas na Fase em que houve o empate;

a) - Persistindo o empate entre algumas dessas Escolas, classificar-se-á aquela, entre as empatadas, que obtiver o maior saldo de gols nas partidas realizadas entre elas, na Fase em que houve o empate;

b) - Persistindo, ainda, o empate entre algumas dessas Escolas verificar-se-á aquela, entre as empatadas, que obtiver o maior número de gols entre elas, em toda a Fase que houve o empate;

c) - Persistindo, ainda, o empate entre algumas dessas Escolas, a decisão será por sorteio.

Artigo 67 - Caso haja a necessidade de apurar um vencedor, os critérios adotados serão os seguintes:

a) - Prorrogação de 10 (dez) minutos, divididos em 2 (dois) períodos de 5 (cinco) minutos, sem intervalo;

b) - Persistindo o empate serão cobrados tantos tiros de 7 (sete) metros quantos forem necessários, alternadamente, sendo obrigatória a troca de atletas para cobrança, vencendo a equipe que conseguir a primeira vantagem.

XX - VOLEIBOL

Artigo 68 - Os jogos de Voleibol serão regidos pelas Regras vigentes da Confederação Brasileira de Voleibol, observadas as exceções previstas neste Regulamento.

Artigo 69 - Cada equipe deverá ter, obrigatoriamente, a presença de 9 (nove) jogadores no início da partida.

§ 1º - Durante o 2º set deverão jogar obrigatoriamente no mínimo 3 (três) jogadores que não jogaram o 1º set. No impedimento destes, será obedecida a Regra da modalidade. A participação no 3º set será livre.

§ 2º - Nas partidas disputadas em melhor de 5 sets, a participação nos 3º, 4º e 5º sets será livre.

Artigo 70 - Caso haja algum acidente com os jogadores que entraram no 2º set e que não jogaram o 1º set, a substituição só poderá ser feita com os reservas que não participaram do 1º set, respeitando a substituição excepcional.

Artigo 71 - As partidas serão disputadas em melhor de 3 sets.

§ 1º - Na partida final das Fases Sub-Regional, Regional (Interior e Capital) a decisão de Campeão e Vice-Campeão será disputada em melhor de 5 sets.

§ 2º - Na Final Estadual a disputa de 1º a 4º lugar será em melhor de 5 sets.

Artigo 72 - A altura da rede será: Masculino = 2,24m - Feminino = 2,10m

Artigo 73 - Os uniformes deverão ser numerados, nas camisas, de 1 a 18 - frente e costas.

Artigo 74 - A bola a ser usada será a oficial.

Artigo 75 - Para efeito de classificação, em qualquer das Fases, serão adotados os seguintes critérios:

1 - PONTUAÇÃO
Vitória = 2 (dois) pontos - Derrota = 1 (um) ponto - Ausência = 0 (zero) ponto
2 - DESEMPATE
Entre as equipes empatadas, os critérios adotados serão:
2.1 - Entre 2 (duas) Escolas, será decidido pelo confronto direto já realizado entre elas;

2.2 - Entre 3 (três) ou mais Escolas, a decisão será pelo sistema de saldo de "sets" nas partidas realizadas entre elas;

a) - Persistindo o empate entre algumas dessas Escolas, a decisão será obtida pelo saldo de pontos nas partidas realizadas entre elas;

b) - Persistindo, ainda, o empate entre algumas dessas Escolas, a decisão será por sorteio.

XXI - XADREZ

Artigo 76 - As Regras das competições de Xadrez serão as vigentes da Confederação Brasileira de Xadrez, observadas as exceções previstas neste Regulamento.

Artigo 77 - A modalidade será disputada por equipes, de ambos os sexos.

Parágrafo Único - Antes do início de cada Fase, o Professor deverá definir entre os 6 (seis) alunos inscritos, os 4 (quatro) titulares que participarão a cada rodada, identificando o capitão.

Artigo 78 - As equipes só poderão iniciar uma partida com o número mínimo de 3 (três) alunos.

Artigo 79 - Até 5 (cinco) minutos antes do início de cada rodada, em todas as Fases, o Professor responsável deverá entregar a escalação de sua equipe por ordem de tabuleiros, não podendo haver mais alterações. Caso contrário será obedecida a ordem de inscrição. O Professor permanecerá no local de competição até o final da participação de sua equipe, assinando a súmula ao final do match.

Artigo 80 - Os jogadores deverão levar, em todas as Fases, as peças, tabuleiros e relógios (no mínimo 2 (dois), para as competições e apresentar-se devidamente uniformizados (camisa ou agasalho).

Artigo 81 - Em todas as Fases será obrigatória a anotação das partidas nas planilhas por todos os concorrentes.

Artigo 82 - As formas de disputa serão de acordo com o Artigo 12 do Regulamento Geral dos Jogos Escolares do Estado de São Paulo ou o Sistema Suíço.

Parágrafo Único - Em todas as Fases cada enxadrista terá 65 (sessenta e cinco) minutos no Sistema Nocaute.

Artigo 83 - Na Final Estadual será adotado o critério de turno, utilizando-se o sistema Schuring.

Parágrafo Único - Cada enxadrista terá o tempo de 1 (uma) hora para completar o mínimo de 15 (quinze) lances e mais 1 (uma) hora para o término da partida (Sistema Nocaute), sendo utilizadas para os 5 (cinco) minutos finais, as Regras do Xadrez Nocaute da FIDE.

Artigo 84 - Para efeito de contagem de pontos será considerado:

Vitória por tabuleiro = 1,0 ponto - Empate = 0,5 ponto - Derrota = 0 (zero) ponto.

Artigo 85 - Para efeito de classificação, em qualquer das Fases, serão adotados os seguintes critérios:

1 - PONTUAÇÃO
Vitória = 3 (três) pontos - Empate = 2 (dois) pontos - Derrota = 1 (um) ponto - Ausência = 0 (zero) ponto
2 - DESEMPATE
Entre as equipes empatadas, os critérios adotados serão:
2.1 - Entre 2 (duas) Escolas a decisão será:
a) Pelo confronto direto já realizado entre elas;
b) Persistindo o empate, soma de pontos individuais por tabuleiro;
c) Persistindo o empate, melhor pontuação dos 1ºs tabuleiros;
d) Persistindo o empate, melhor pontuação dos 2ºs tabuleiros;
e) Persistindo o empate, melhor pontuação dos 3ºs tabuleiros;
f) Persistindo o empate, sorteio.

2.2 - Entre 3 (três) ou mais equipes a decisão será:

a) Soma de pontos individuais por tabuleiro;
b) Persistindo o empate, melhor pontuação dos 1ºs tabuleiros;
c) Persistindo o empate, melhor pontuação dos 2ºs tabuleiros;
d) Persistindo o empate, melhor pontuação dos 3ºs tabuleiros;
e) Persistindo o empate, melhor pontuação dos 4ºs tabuleiros;
f) Persistindo o empate, sorteio.

2.3 - Sistema Suíço - Os critérios de desempate para o Sistema Suíço serão os seguintes:

a) Pontos por tabuleiro;

b) Escore acumulado de pontos por match;
c) Escore acumulado de pontos por tabuleiro;
d) Escore acumulado corrigido de pontos por match;
e) Escore acumulado corrigido de pontos por tabuleiro;
f) Sorteio.

Artigo 86 - Os casos omissos deste Regulamento serão resolvidos, em cada Fase, pelos Responsáveis da Organização dos Jogos Escolares.

Artigo 87 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Meio Ambiente

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução SMA - 27, de 18-5-2004

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho de Orientação do Parque Villa-Lobos

O Secretário de Estado do Meio Ambiente, nos termos do Artigo 9º da Resolução SMA 20, de 07-03-2004, e considerando as indicações recebidas dos respectivos órgãos e entidades, resolve:

Artigo 1º - Ficam nomeados os adiante relacionados, para compor o Conselho de Orientação do Parque Villa-Lobos, com mandato de dois anos, na qualidade de membros:

representando a Secretaria de Estado do Meio Ambiente: Helena de Queiroz Carrascosa Von Glen, RG 8.361.264-6 e Ana Lúcia Pinto de Faria Burjato, RG 11.139.756, respectivamente como titular e suplente;

representando a Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer: Rubens Frascino Jordão, RG 3.919.704 e Arley Ayres, RG 25.770.025, respectivamente como titular e suplente;

representando a Secretaria de Estado da Cultura: Clodoaldo Medina Junior, RG 7.870.151 e Mitsuo Tomanari Araya, RG 22.875.885-3, respectivamente como titular e suplente;

representando a sociedade civil, eleitos pelas organizações não-governamentais cadastradas:

Sociedade Amigos de Alto de Pinheiros, com Delson Correia Lopes, RG 2.423.636 e Maria José Trevisan, RG 2.140.077; Sociedade Amigos do Bairro City Boacava, com Francisco Amarildo Miragaia Filho, RG 1.429.957 e Luigi Giavina Bianchi, RG 2.176.726 e Condomínio Ilha do Sul, com Darcy Ivo Calliari, RG 2.790.238 e Walter Ruiz, RG 1.540.972, como entidades titulares;

Sindicato dos Permissionários em Pontos Fixos nas Vias e Logradouros Públicos do Município de São Paulo, com Josefa Viana Nogueira Araújo, RG 14.620.057-3 e Mario Lucio Batista, RG 11.873.545-7; 5 Elementos - Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental, com Mônica Pilz Borba, RG 9.862.632-2 e Mônica Renard, RG 14.698.027-X e Sociedade Amigos do Parque Villa-Lobos, com Valter Ferreira Dias, RG 15.110.891 e Elisabete Ferreira Valadão de Cal, RG 11.813.229, como entidades suplentes;

nos termos do inciso III do Artigo 3º da Resolução SMA 20-2004, André Franco Montoro Filho, RG 2.900.222;

representando a Subprefeitura de Pinheiros, da Prefeitura do Município de São Paulo. Cecília Maria de Abreu Pereira, RG 5.854.652, como titular.

Artigo 2º - Fica indicado como Presidente do Conselho, André Franco Montoro Filho, substituído em suas eventuais ausências ou impedimentos por Helena de Queiroz Carrascosa Von Glehn.

Artigo 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

GRUPO DE PLANEJAMENTO SETORIAL

Comunicado
Em obediência à Resolução 5, de 24/04/97, publicada em 10/05/97, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, justificamos e indicamos, a seguir, os pagamentos que devem ser providenciados de imediato para o bom andamento desta pasta, cujo não cumprimento implicará em prejuízos à ordem interna. Tais pagamentos estão sendo efetuados, excluindo-se da ordem cronológica da inscrição no SIAFEM.

UG LIQUIDANTE	Nº DA PD	VALOR
260106	2004PD00285	296,00
260106	2004PD00339	230,00
Total		526,00
Em obediência à Resolução 5, de 24/04/97, publicada em 10/05/97, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, justificamos e indicamos, a seguir, os pagamentos que devem ser providenciados de imediato para o bom andamento desta pasta, cujo não cumprimento implicará em prejuízos à ordem interna. Tais pagamentos estão sendo efetuados, excluindo-se da ordem cronológica da inscrição no SIAFEM, por se tratar de pagamento via contrato (Financiamento Externo) com o KFW/PPMA.		
PDs a serem pagas		
UG LIQUIDANTE	Nº DA PD	VALOR
260101	2004PD00432	20.239,14
260101	2004PD00386	26.029,46
260101	2004PD00387	5.710,20
260108	2004PD01029	1.000,00
260108	2004PD01027	1.500,00
260108	2004PD01028	4.000,00
Total		58.478,80

UG LIQUIDANTE	Nº DA PD	VALOR
260101	2004PD00432	20.239,14
260101	2004PD00386	26.029,46
260101	2004PD00387	5.710,20
260108	2004PD01029	1.000,00
260108	2004PD01027	1.500,00
260108	2004PD01028	4.000,00
Total		58.478,80

INSTITUTO FLORESTAL

Portaria IF/DESPESA - 1, de 18-5-2004
Dispõe sobre a Constituição de Pregoeiro para a Modalidade Pregão Presencial
A Diretora Geral do Instituto Florestal, Maria Cecília Wey de Brito, com fundamento no inciso IV do artigo 3º da Lei Federal 10.520 de 17/07/2002, combinado com o Decreto Estadual nº 47.297 de 05/11/2002, resolve:
Artigo 1º - Fica constituída como Pregoeira, Renata Tavares de Menezes Caldas, RG 20.960.746-4, para atuar no Pregão Presencial nº 001/2004 - Processo SMA 40.182/2004, a realizar-se em 27/05/2004, cujo objeto é a aquisição de café, açúcar e água

Data 13/05/2004					
133367/2001	JOSÉ CARLOS REDDIG	RG. 24.298.451-4			
137177/2001	PAULO SÉRGIO DE CARVALHO	RG.19.473.784-6			
137180/2001	PAULO SÉRGIO DE CARVALHO	RG. 19.473.784-6			
22342/2000	JOSÉ ROBERTO CUNHA OLIVEIRA	NP			
137816/2001	JOEL BATISTA DOS SANTOS	RG.28.946.046-3			
133067/2002	PAULO HENRIQUE MESSA	RG.45.197.526-			
133574/2001	ALEX LEÔNICO RIBEIRO	R.G.1.457.360			
134019/2001	IARA MARIA DOS SANTOS	R.G.16.273.812-2			
38206/2002	MAURÍCIO FERRO DA COSTA	R.G. 27.843.958-5			
133569/2001	JOSÉ CARLOS DOS SANTOS	R.G.1.241.644			
88390/1998	ANTÔNIO MARMO LAO	R.G.3.788.750			
110542/2001	EDSON FERNANDO RIBEIRO	R.G.22.890.406-7			
17152/2000	OTACÍLIO JOÃO DELA CORTE	CPF 102.124.180-68			

São atribuições do pregoeiro:
I - Conduzir o procedimento, inclusive na fase de lances;
II - Credenciar os interessados, mediante a verificação dos documentos que comprovem a existência de poderes para formulação de propostas, lances e demais atos inerentes ao certame;
III - Receber a declaração dos licitantes de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, bem como os envelopes-propostas e os envelopes-documentação;
IV - Analisar as propostas e desclassificar aquelas que não atenderem os requisitos previstos no edital;
V - Classificar as propostas segundo a ordem crescente de valores ao final ofertados e a decidir motivadamente quanto à aceitabilidade do menor preço;
VI - Adjudicar o objeto do certame ao licitante vencedor, se não tiver havido na sessão pública a declaração de intenção motivada de interposição de recurso;
VII - Elaborar a ata de sessão pública, que conterà, sem prejuízo e outros elementos, o registro:
a) do credenciamento;
b) das propostas e dos lances formulados, na ordem de classificação;
c) da decisão a respeito de aceitabilidade da proposta de menor preço;
d) da análise dos documentos de habilitação; e
e) os motivos alegados pelo licitante interessado em recorrer.
VIII - Receber os recursos; e
IX - Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior para o exercício das atribuições definidas nos incisos V, VI e VII do artigo 3º do Decreto nº 47.297/2002.

Parágrafo Único - interposto recurso, o pregoeiro poderá reformar a sua decisão ou encaminhá-lo, devidamente informado, à autoridade competente para decidir.

Artigo 2º - o referido Pregão será constituído pelos seguintes membros na equipe de apoio: Rosângela Góes Papa, Isabel Maria de Moura Nunes, Ubaldo Sousa de Sá e Rita Sper Ramos Santos

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Portaria IF/DESPESA - 2, de 18-5-2004
Dispõe sobre a Constituição de Pregoeiro para a Modalidade Pregão Presencial

A Diretora Geral do Instituto Florestal, Maria Cecília Wey de Brito, com fundamento no inciso IV do artigo 3º da Lei Federal 10.520 de 17/07/2002, combinado com o Decreto Estadual nº 47.297 de 05/11/2002, resolve:

Artigo 1º - Fica constituída como Pregoeira, Isabel Maria de Moura Nunes, RG 8.710.997, para atuar no Pregão Presencial nº 002/2004 - Processo SMA 40.188/2004, a realizar-se em 28/05/2004, cujo objeto é a aquisição de lâ de aço e papel higiênico.

São atribuições do pregoeiro:
I - Conduzir o procedimento, inclusive na fase de lances;
II - Credenciar os interessados, mediante a verificação dos documentos que comprovem a existência de poderes para formulação de propostas, lances e demais atos inerentes ao certame;
III - Receber a declaração dos licitantes de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, bem como os envelopes-propostas e os envelopes-documentação;
IV - Analisar as propostas e desclassificar aquelas que não atenderem os requisitos previstos no edital;
V - Classificar as propostas segundo a ordem crescente de valores ao final ofertados e a decidir motivadamente quanto à aceitabilidade do menor preço;
VI - Adjudicar o objeto do certame ao licitante vencedor, se não tiver havido na sessão pública a declaração de intenção motivada de interposição de recurso;
VII - Elaborar a ata de sessão pública, que conterà, sem prejuízo e outros elementos, o registro:
a) do credenciamento;
b) das propostas e dos lances formulados, na ordem de classificação;
c) da decisão a respeito de aceitabilidade da proposta de menor preço;
d) da análise dos documentos de habilitação; e
e) os motivos alegados pelo licitante interessado em recorrer.
VIII - Receber os recursos; e
IX - Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior para o exercício das atribuições definidas nos incisos V, VI e VII do artigo 3º do Decreto nº 47.297/2002.

Parágrafo Único - interposto recurso, o pregoeiro poderá reformar a sua decisão ou encaminhá-lo, devidamente informado, à autoridade competente para decidir.

Artigo 2º - o referido Pregão será constituído pelos seguintes membros na equipe de apoio: Renata Tavares de Menezes Caldas, Rosângela Góes Papa, Rita Sper Ramos Santos e Ubaldo Sousa de Sá.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Portaria do Responsável pelo Expediente, da Diretoria Geral, de 17-5-2004
Designando, como Presidente, Hélio Yoshiaki Ogawa, R.G. 3.352.184, Pesquisador Científico V, ref. PqC-5, QSMA-SQF-II e como membros, Eurípedes Moraes, R.G. 5.432.850, Pesquisador Científico IV, ref. PqC-4, QSMA-SQ-C-III e Cláudio Corrêa Porto, R.G. 3.172.150, Técnico Agropecuário, QSMA-SQ-C-III, para constituírem Comissão de Sindicância Averiguatória, visando apurar em 30 dias o contido nos autos do Processo SMA 041.050-2004.

COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Comunicados
O Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais, com base na Portaria nº 48, de 15.09.94, faz publicar o resultado do julgamento de Segunda Instância dos Autos de Infração Ambiental: